

CAPITAL SOCIAL NA REDUÇÃO DA POBREZA RURAL E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Claudia Andreoli Galvão – UNB / CEAM / NEAGRI
andreoli@unb.br;

Violeta de Faria Pereira - UNB/ CEAM / NEAGRI
violeta@unb.br;

Luiz Fernando de Mattos Pimenta - UNB/ CEAM / NEAGRI
fernandopimenta@unb.br;

Robson Munhoz de Oliveira UNB/ CEAM / NEAGRI
geounesp@hotmail.com;

Mariângela da Silva Duarte UNB/ CEAM / NEAGRI
maryvox@hotmail.com

Introdução

A apropriação do território pelos agricultores familiares é influenciada pela presença e formas de capital social (CS) destes atores. O CS insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões.

As sociedades são heterogêneas, e isto faz com que os grupos tenham diferentes acessos aos recursos disponíveis e ao poder, o que faz com que o CS resulte em exclusão social. A prosperidade econômica ocorre quando os grupos primários se conectam a outros grupos por laços transversais. Quando os grupos primários estão desconectados, os grupos mais poderosos agem sobre as estruturas sociais excluindo-os. Para manter os recursos as redes com conexões fortes são vantajosas e as classes privilegiadas as preferirão. Para obter recursos não disponíveis pontes de acesso aos recursos externos serão mais úteis.

Definindo o CS como os recursos enraizados na estrutura social que podem ser acessados ou mobilizados em ações intencionais, Lin (1999)¹ destaca três elementos para o CS: recursos enraizados na estrutura social, acessibilidade aos recursos sociais, e uso ou mobilização em ações intencionais. Lin coloca que o mais importante é estabelecer o contexto no qual uma rede mais ou menos densa levará a maiores retornos, isto porque uma rede mais intensa facilita a utilização coletiva dos recursos permitindo assim a sua manutenção, tanto para o indivíduo como para o grupo. Por outro lado, uma rede mais aberta pode proporcionar o acesso a posições ou recursos mais vantajosos, de forma a obter recursos adicionais.

Assim, o objetivo desse estudo foi identificar o CS do tipo ponte e elementos constituintes do CS (recursos enraizados na estrutura social, acessibilidade aos recursos sociais pelos indivíduos, e uso ou mobilização em ações intencionais) e suas potencialidades para promover a inclusão social nas áreas rurais do Brasil.

¹ Todas as referências de Lin e Fox utilizadas no presente texto são relativas à mesma fonte bibliográfica.

Através da utilização de dados secundários de áreas geográficas do Brasil, foram analisadas as relações entre presença de CS e acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares das regiões Sul, Sudeste (SE) e Nordeste (NE), bem como da microrregião sisaleira da Bahia.

O trabalho é constituído do Referencial Teórico constituído de uma retrospectiva das diferentes abordagens teóricas do capital social, revisando a abordagem teórica de Lin e Fox. Segue a metodologia que discute os Resultados da Análise dos Dados de Acesso e Uso das Linhas de Crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e finaliza com as Conclusões.

Referencial Teórico

O CS é constituído pelas características da organização social tais como confiança, regras e sistemas que contribuem para o aumento da eficiência da sociedade via ações coordenadas.

Putnam (1993) salienta que a Itália central e do Norte, com fortes valores democráticos e onde as relações sociais são intensas desde a Idade Média, criaram um ambiente propício à participação, colaboração e associativismo. Ele questiona porque algumas regiões italianas têm um governo efetivo e assim prosperaram enquanto outras ficaram estagnadas. As tradições cívicas são a sua resposta. As regiões bem sucedidas são compostas de comunidades com fortes laços de reciprocidade, com densas redes de engajamento cívico, onde a cooperação é voluntária. Isto facilita a ação das instituições e o resultado é a eficiência econômica. Para Putnam o CS gera condições para que a democracia se instale e se fortaleça, bem como melhores resultados econômicos. O CS aumenta a participação popular em todo o processo político; promove relações horizontais de reciprocidade e cooperação, ao invés de relações verticais de autoridade e dependência; redes de solidariedade, confiança e tolerância; e elevados níveis de participação nas associações.

Já para Coleman (*apud*, Fukuyama 1992) o CS é criado quando as relações entre as pessoas mudam no sentido de facilitar a ação interpessoal. Desta forma, o CS é tangível e se configura nos relacionamentos entre as pessoas, facilitando a atividade produtiva. O CS se constitui em um bem público e é produzido como um subproduto das relações sociais. Granovetter (1985, p.486) destacou que laços interpessoais fortes, como parentesco ou amizade intensa, são menos importantes que laços interpessoais fracos, como os conhecidos em geral ou colegas de associações comunitárias, no sentido de sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva.

Um aspecto de grande importância na questão do enraizamento social é o fato das trocas se repetirem no tempo, o que encoraja a reciprocidade. Quando as pessoas interagem em um horizonte longo de tempo, a cooperação é o resultado normal. Será muito mais fácil a ocorrência de cooperação se o número de atores é limitado, pois assim informações sobre o comportamento passado dos agentes será abundante. Putnam (1993, p.168) coloca que a cooperação é facilitada pelo CS e ilustra esse princípio: o sistema de poupança informal chamado associação de crédito rotativo, onde um grupo de pessoas faz contribuições regulares e mensais para um fundo, cada mês um dos membros recebe o total recolhido. As contribuições continuam até que todos os membros do grupo tenham recebido um montante. Esse sistema é uma combinação de sociabilidade e formação de capital em pequena escala.

Os seres humanos agem de forma cooperativa devido à existência de um altruísmo inerente. Assim, eles se vêem como parte de um grupo e desempenham tarefas para o grupo, trata-se de satisfação

espiritual. Segundo Fukuyama (1992), existe maximização de utilidade, mas não a utilidade racional, referenciada pelos economistas. Assim a confiança auxilia na redução dos custos transacionais, tornando desnecessárias regras formais e regulamentos, nas negociações. A desconfiança gera elevação de custos.

Pode ocorrer um alto grau de CS dentro de um grupo, e a este CS Narayan (1999) chama de *Bonding Social Capital*, que se refere à “cola” que mantém os grupos unidos através de valores, normas e instituições. No entanto, os membros desses grupos podem estar excluídos de outros grupos, aqui o que ocorre é a carência de *Bridging Social Capital*, que se refere às “pontes” que levam os membros de um determinado grupo a participar de grupos heterogêneos, que são de natureza mais frágeis, mas que, entretanto, promoverão a inclusão social. Os mesmos laços que ligam também podem excluir, grupos poderosos podem restringir o acesso a outros grupos. As sociedades podem ser ricas em CS dentro dos grupos, mas sem ligações entre grupos heterogêneos, assim a falta de capital do tipo “ponte” caracteriza uma sociedade com pobreza, corrupção e conflito.

Segundo Lin, CS existe porque os indivíduos investem em relações sociais para obter retornos. As redes sociais são eficazes porque os recursos nela enraizados fortalecem o fluxo de informações; permitem acesso a atores com posições e localizações de influência estratégica; credenciam os indivíduos que participam da rede; e reforçam identidade e reconhecimento fortalecendo a auto-estima. Lin considera que o acesso e uso dos recursos sociais enraizados nas redes sociais dependem das posições na estrutura social e dos laços fracos. Os recursos sociais podem ser avaliados pela quantidade e variedade dos recursos riqueza, poder e status.

Lin afirma que os recursos sociais provêm dos recursos de rede (acessíveis) e de contatos (mobilizados para cada ação), que são utilizados nas ações instrumentais, destinadas a melhorar uma posição relativa ou obter um resultado. Para ela nem sempre o CS das redes oferecerá os melhores recursos para retornos instrumentais e expressivos (retornos instrumentais correspondem a ganhos adicionais que o indivíduo obtém; retorno expressivo é a manutenção da posição conseguida por uma pessoa apoiada por sua rede). Isto porque nem sempre as redes possuirão as pontes mais adequadas para obter as melhores informações, influência, credenciais sociais ou reforço. Lin considera que redes e relacionamentos sociais abertos permitem maior acesso e uso dos recursos necessários através de pontes; já redes mais densas se prestam a dar reforço à manutenção de recursos, conforme Granovetter. Assim, fatores exógenos (arranjos comunitários e institucionais) contribuem para maior abertura ou densidade das redes.

Lin descreve três blocos de variáveis com seqüência causal na formação de CS: 1) A estrutura social (diversidade de culturas e ideologias, nível de industrialização e de tecnologia, nível educacional, recursos físicos e naturais, produtividade econômica etc) e cada posição individual nas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas são pré-condições e elementos precursores que afetam as oportunidades de construir e manter o CS; 2) Os três elementos do CS: ativo social (recursos enraizados), recursos socialmente acessíveis e recursos sociais mobilizados. Os dois últimos, acesso e uso de CS, são acionados no processo de mobilização para uma ação específica. Dada a desigualdade de CS existente caberá ao indivíduo fazer as escolhas de ações para a mobilização do

CS; 3) Recursos enraizados, recursos socialmente acessíveis e recursos sociais mobilizados estão interconectados numa seqüência causal.

Já a teoria de Fox (1996) sobre o CS é uma resposta à questão de como pode a ação estatal bloquear ou encorajar a ampliação e o fortalecimento de organizações que representam interesses sociais diversos. Para explicar a diversidade de resultados existentes nas sociedades, Fox analisou o Estado e a sociedade e as circunstâncias de convergência entre ambos. Para ele é difícil explicar porque alguns atores estatais são parceiros construtivos, enquanto outros são inimigos da formação de CS. Fox entende que para explicar os padrões de sinergia sociedade-Estado deve-se analisá-los em um quadro teórico interativo que capta o processo de influência mútua entre Estado e sociedade.

Segundo Fox, três referenciais conceituais contribuem para o desenvolvimento de uma abordagem de construção política para a emergência desigual de CS sob condições não democráticas ou em processo de democratização, que são: oportunidades políticas; energia social e idéias, e aumento da abrangência da participação política local e do poder de barganha. Para Fox os conflitos políticos na elite têm um efeito na capacidade da sociedade civil se organizar, porque esses conflitos determinam a capacidade e a vontade do Estado para encorajar ou desmantelar o CS. A vida associativa não se propaga no vácuo: o Estado e os atores sociais externos podem fornecer incentivos positivos ou sanções negativas para a ação coletiva. Fox leva em conta os atores, suas idéias e motivações para explicar como as pessoas reagem às oportunidades políticas (ou às ameaças). Ele salienta que os legados históricos formatam os caminhos nos quais os atores respondem aos incentivos positivos e negativos, mas eles não respondem de forma unidirecional, assim idéias contingenciais, lideranças, e ações influenciam se os problemas são compartilhados e interpretados como razão para a mudança. Fox apresenta um terceiro referencial teórico sobre organizações construídas em etapas, na abordagem da construção política, onde ele analisa o CS e enfatiza a importância das organizações, cujos esforços criam oportunidades para que outros se engajem em ações coletivas autônomas. Como o CS não é homogêneo, alguns tipos de organizações têm mais capacidade de ampliar os efeitos do bem público que outros, a premissa aqui é que barganha de poder é necessária para garantir a liberdade de associação, a qual requer aumento da organização em níveis regionais.

Para Fox o aumento da abrangência da participação política local e do poder de barganha representa os interesses de populações vulneráveis no sentido de fortalecer suas organizações. Quando as organizações ampliam sua abrangência, se tornam mais vulneráveis às oligarquias, uma vez que populações dispersas têm pouca capacidade para monitorar as atividades de suas lideranças e assegurar a transparência de suas organizações.

Fox estudou as condições para formação CS para as populações pobres indígenas do México rural, sua preocupação resulta do fato de que eles não têm representação na sociedade mais ampla e no sistema político mexicano. Fox ressalta que no México indígena, as comunidades têm reproduzido tradições de cooperação horizontal, reciprocidade e auto-ajuda, as decisões comunitárias ocorrem por consenso, e o grau de reciprocidade no México indígena é notável. Pela abordagem determinista histórica social de Putnam, Fox coloca que se esperaria que as densas redes associativas locais resultassem em acumulação de CS extensiva no México indígena, e que esse capital aumentasse com o tempo e percorresse os “ciclos virtuosos” propostos para o Norte da Itália. Ao que Fox

contrapõem o fato de que, até muito recentemente, a maioria do México indígena parecia mais com o histórico sul da Itália (dominado por relações verticais autoritárias de dominação). Fox coloca que o resultado é um mapa desigual, com variação na densidade da sociedade civil nas regiões indígenas, que é débil em algumas regiões, com cidadãos subordinados por relações de poder autoritárias e em outras têm movimentos cívicos vibrantes.

Fox constata que a formação de CS em regiões indígenas segue vários padrões, utilizando o grau de repressão e a densidade da sociedade civil para captar esses padrões, chegou a resultados que mostram um extremo de níveis altos de vida associativa e pluralismo étnico e político, e outro extremo com regiões de comunidades divididas, sem vida associativa e dominadas por clientelismo autoritário.

Metodologia

O trabalho estabelece correlações entre a existência de CS entre os agricultores familiares e sua capacidade de acesso e uso das linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Foram utilizadas as escalas territoriais regional, comparando as regiões Sul, SE e NE e a microrregional, comparando municípios da região Sisaleira do semi-árido da Bahia. Para as análises utilizou-se dados do PRONAF da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)/MDA e da Associação de Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB) e das cooperativas de crédito da região sisaleira.

Foram construídos três indicadores de CS: 1^o) Grau de participação de cada região no número de cooperativas de crédito (rural e urbano), ou seja, a relação entre o número de cooperativas de crédito da região e o número dessas cooperativas no Brasil; 2^o) Número de agricultores familiares por organizações familiares de comercialização (associações, cooperativas e agroindústrias), isto é, a relação entre o número de agricultores familiares da região e o número de organizações de comercialização da região; e 3^o) Percentual dos agricultores familiares cooperativados: número de agricultores familiares da região vinculados ao cooperativismo dividido pelo número de agricultores familiares da região. Para o cálculo dos indicadores utilizou-se dados do Banco Central (BACEN), do censo de organizações de comercialização da agricultura familiar da SAF/MDA e tabulação especial do número de agricultores familiares do PRONAF (do Censo Agropecuário 95/96), os quais classificaram o estoque de CS nas regiões Sul, SE e NE.

A partir dos dados de uso de créditos do PRONAF pelos agricultores familiares (em geral e por grupos de renda), comparamos suas diferenças regionais, nos anos 95/96 e entre 2003 e 2004, estabelecendo proporções entre o percentual de cooperativismo e o percentual de acesso ao crédito.

Na análise microrregional, na região sisaleira da Bahia, considerou-se como indicadores de CS a atuação da APAEB e/ou das cooperativas de crédito. Foram comparados os 18 municípios com atuação dessas organizações com os 15 municípios sem atuação. A comparação entre os municípios “com e sem atuação” definiu o nível de CS. O número de municípios com menos 10% dos seus agricultores familiares acessando o crédito do PRONAF, entre os anos de 2000 e 2004, foram considerados usuários ativos desse Programa.

Apresentação dos Indicadores de Capital Social por Região

Observa-se que as regiões S, SE e NE, nesta ordem, apresentaram indicadores de estoques de CS decrescentes. O primeiro e segundo indicadores do SE foram desconsiderados. A hipótese é que o SE tem muitas cooperativas urbanas e agroindústrias familiares que não foram objeto da análise.

A existência de maior CS na Região Sul pode ser explicada pelas considerações de Putnam, que aponta a importância da existência de numerosas redes de organizações sociais, culturais e econômicas para formação da cultura cívica de uma sociedade. Na Região Sul elas são freqüentes, em boa parte herdadas pela colonização européia.

As diferenças de CS das regiões Sul e SE com relação ao NE seriam explicadas por Lin, para quem estruturas sociais mais complexas resultam em níveis superiores de CS. As primeiras regiões apresentam economias mais diversificadas e de maior renda, enquanto as áreas do NE são praticamente rurais.

A Região Sul também se diferenciaria pela maior homogeneidade social, isto é, por menores desigualdades, resultados de uma ocupação territorial mais homogênea, baseada em imigrantes europeus transformados em pequenos agricultores familiares. Na teoria de construção política de Fox, sociedades desiguais tendem a ter Estados predominantemente dominados pelos interesses das elites (no caso brasileiro ligada à grande propriedade rural) que agem de forma repressiva contra a liberdade de organização popular. As características de ocupação da Região Sul não fortaleceram a ocorrência de Estados autocráticos.

Outra avaliação que pode ser feita, a partir de proposta de Lin, é a de que as redes existentes nas regiões Sul e SE apresentam maiores recursos (poder, riqueza e status) que as do NE. Aquelas redes apresentariam recursos de maior amplitude, maior variedade e heterogeneidade, e presença de recursos específicos.

Resultados da Análise Regional Comparativa de Uso de Crédito pelos Agricultores Familiares

Observa-se, com base nas tabela 1, que quanto maior a presença de CS (ressalvas feitas na Introdução quanto ao SE) maior é o acesso e o uso do crédito do PRONAF. O Sul apresentou, no ano 1995/96, 14,3% de estabelecimentos com acesso ao crédito do PRONAF, no SE o acesso ao crédito foi menor (2,6%) e no NE foi de 1%. O mesmo resultado foi observado quando a comparação foi feita entre os mesmos grupos de renda de agricultores familiares² de diferentes regiões no período 2003 a 2004. Neste caso, os resultados inesperados ocorreram no SE, com inconsistências no Grupo D, já que é improvável que todos os agricultores familiares tenham realizado mais de uma operação de crédito por ano. Também não foi verificado o maior acesso ao crédito no SE quando comparada ao NE para o Grupo C, onde os agricultores do NE realizaram o dobro de operações de crédito apesar de possuírem, pelos critérios adotados, menos CS, conforme Tabela 1.

TABELA 1 - Diferenças de acesso aos créditos do PRONAF

Estab.	Sul			Nordeste			Sudeste		
	%Est. Coop.	% Est. Ac. Créd		%Est. Coop.	% Est. Ac. Créd		%Est. Coop.	% Est. Ac. Créd	
		1995-96	2003-04		1995-96	2003-04		1995-96	2003-04
Total	35,5%	14,3%	-	2,1%	1,0%	-	15,2%	2,6%	-
B	12,9%	1,6%	-	1,3%	0,5%	-	6,0%	0,9%	-
C	33,9%	11,6%	67%	4,3%	2,3%	45%	17,0%	2,3%	23%
D	55,6%	29,4%	91%	9,6%	6,0%	56%	31,7%	7,4%	121%

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos dados da Tabulação Especial do PRONAF a partir do Censo Agropecuário IBGE 1995/1996 e Dados de acesso ao crédito 2003/2004 PRONAF / SAF / MDA.

² B – Renda Anual até R\$ 2000,00; C – Renda Anual de R\$ 2000,00 a R\$ 14000,00; D - Renda Anual de R\$ 14000,00 a R\$ 40000,00.

Constatou-se que entre renda e cooperativismo e acesso ao crédito do PRONAF, as regiões com maior acesso ao crédito podem resultar tanto do maior cooperativismo como do maior nível de renda, fatores esses associados. Verificou-se que grandes diferenças na adesão ao cooperativismo nas regiões Sul e NE, implicaram em grandes diferenças de acesso ao crédito, e que menores diferenças na adesão ao cooperativismo nas regiões SE quando comparada ao NE, bem como o Sul quando comparado ao SE, acarretam diferenças de acesso ao crédito menos significativas. Trabalhando com dados de crédito do PRONAF (2003-2004) verificou-se que os dados de cooperativismo tiveram relação direta com o acesso ao crédito no Sul e NE, resultado esperado, o mesmo não ocorrendo quando se compara estas regiões com o SE. As diferenças de acesso ao PRONAF entre as regiões NE e SE com relação ao Sul diminuíram significativamente neste período com relação à 95/96. Os dados mostram que no SE o grau de cooperativismo influenciou bem menos o acesso ao crédito.

Resultados da Análise Microrregional: Região Sisaleira da Bahia

A região sisaleira é composta por 33 municípios do semi-árido baiano com uma rede de organizações de desenvolvimento rural e cooperativas de crédito rural. Neste trabalho foram considerados os municípios servidos por pelo menos uma dessas organizações, o que resultou em 18 municípios, uma vez que a presença dessas organizações pode ser usada como indicador de CS.

A APAEB, segundo Ferreira (2002), é uma instituição não governamental sem fins lucrativos que visa à melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira, tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento social e econômico sustentável. Criada por pequenos produtores rurais com o intuito de superar as dificuldades enfrentadas por eles no semi-árido baiano, a associação atua em 15 municípios e tem sede no município de Valente (BA). Essa associação, criada em 1980, busca desde o início criar e estimular laços de proximidade entre os agricultores, e entre estes e outras instituições. Além disso, a APAEB busca promover a cidadania por meio de ações que procuram ver o agricultor como agente de transformação social.

Na área de atuação da APAEB 67% dos estabelecimentos agrícolas possuem até 10 hectares e 18,9% possuem áreas entre 10 e 100 hectares. Em alguns casos, uma propriedade com 10 hectares, por exemplo, por dispor de algumas condições excepcionais, como a presença de nascentes ou de um rio, oferecem mais condições de produtividade do que outra com 50 ou 60 hectares.

Inicialmente a atividade mais importante da APAEB era a comercialização da produção dos agricultores e a venda de produtos industrializados de primeira necessidade, através de um Posto de Vendas. Para atender à principal atividade econômica da região a APAEB criou então a “Batedeira Comunitária” (local de beneficiamento da fibra) e passou a adquirir a fibra diretamente dos produtores, acarretando a elevação do preço pago pela associação em mais de 100%, função dos novos níveis de remuneração na colocação do produto no mercado regional. Posteriormente, implantou-se a fábrica de tapetes e carpetes. A APAEB estimulou também a criação da Cooperativa de Crédito Valentense (COOPERE) que além de dispor do crédito através do “Fundo Rotativo”, e de assistência técnica própria, serve ainda como instrumento para o repasse de recursos oficiais do PRONAF e outros programas. A APAEB criou uma ampla rede de instituições parceiras, nacionais e internacionais, como: Banco do Nordeste, BNDES (RJ), Fundação Getúlio Vargas, Fundação Kellogg (EUA), Fundo Canadá, Fundação Doen (Holanda), Pão Para o Mundo (Alemanha), além de parcerias

com prefeituras municipais e sindicatos. Uma pesquisa realizada em 1999, com 10,5% dos membros da APAEB, 3% deles tinham renda familiar de 200 reais antes da adesão, enquanto após a adesão 42% desses 10,5% passaram a perceber a renda de 200 reais. Ainda nessa pesquisa, antes da adesão 82% dos 10,5% que percebiam menos de R\$ 130, tiveram reduzida sua porcentagem para unicamente 25% desses 10,5%.

A atuação da APAEB resultou em geração de emprego e aumento da renda familiar beneficiando 4.000 mil pessoas; em redução dos índices de migração campo-cidade, oferecendo às famílias rurais perspectivas de vida digna na região; no ingresso de todas as crianças em idade escolar na rede escolar pública da região; na agregação de valor para produtos como sisal, leite, peles, artesanato, carnes e outros; na formação da cidadania, com a construção de uma nova mentalidade no tocante ao relacionamento entre a comunidade e o poder público governamental.

Paralelamente à APAEB, as cooperativas de crédito se inseriram nesta região na primeira metade da década de 90, com a intenção de propiciar mais facilmente o acesso ao crédito para os agricultores familiares. Essas cooperativas são compostas pelos próprios produtores rurais da região o que requer destes a existência de laços de confiança e reciprocidade, como o uso do aval cruzado ou aval solidário, onde um grupo de produtores se responsabiliza conjuntamente pela dívida adquirida. Essas cooperativas estão presentes em 8 municípios da região.

Resultados da Análise Comparativa dos Municípios Associados ou não à APAEB e às Cooperativas de Crédito – Análise Comparativa do Capital Social

A partir da metodologia exposta anteriormente tabulamos o número de municípios “com e sem” CS que, entre os anos de 2000 e 2004, tiveram pelo menos 10% de agricultores (dos Grupos B e C da classificação do PRONAF) que contraíram créditos do programa.

TAB 2 – Municípios com mais de 10% de agricultores familiares com contratos de crédito

Ano	Grupo B		Grupo C	
	Municípios “com” CS	Mun. “sem” CS	Municípios “com” CS	Mun. “sem” CS
2000	2	1	10	4
2001	9	1	3	1
2002	7	7	3	3
2003	-	-	6	2
2004	11	6	7	8

Fonte: Elaboração própria. Dados da APAEB e Cooperativa de créditos da região Sisaleira e PRONAF

Na Tabela 2 observa-se que nas comparações anuais realizadas em relação aos Grupos B e C dos municípios “com” CS e “sem” CS, (67%) delas mostraram que o número de municípios “com” CS foi significativamente superior ao número de municípios “sem” CS. Em 3 (33%) comparações não existiram diferenças de acesso ao crédito.

As cooperativas de crédito estabelecem critérios de destinação de recursos com base no conhecimento e confiança pessoal, no lugar das tradicionais garantias do sistema financeiro. Fukuyama (1992) destacou a importância da confiança na redução dos custos transacionais, pois evita o uso de regras e contratos. Os municípios com cooperativas de crédito levaram vantagens comparativas em relação aos sem cooperativas.

A filiação à APAEB é uma garantia de participar de uma rede com diferentes níveis de articulação e contato, com organizações nacionais e estrangeiras, permitindo parcerias com apoio técnico, financeiro e político. Narayan destaca que os CS do tipo “ponte” que levam os membros de um

determinado grupo a participar de grupos heterogêneos, são de natureza mais frágeis, mas, entretanto, mais provavelmente promoverão a inclusão social. A prosperidade econômica ocorre quando os grupos primários estão conectados através de laços transversais a outros grupos. Isto ocorre porque nem sempre o CS das redes oferecerão os melhores recursos porque as redes poderão não contar com as pontes mais adequadas para obter as melhores informações, influência, credenciais sociais ou reforço.

A APAEB é uma rede com níveis elevados de recursos (amplitude, variedade e heterogeneidade), muito superiores às tradicionais associações rurais e sindicatos de trabalhadores. A APAEB utilizou as relações sociais para acessar uma rede de parceiros para novos empreendimentos comunitários, que evoluíram desde bateadeiras de beneficiamento de sisal até uma fábrica de processamento. Esse processo permanente de mobilização em ações específicas resulta na elevação do estoque de CS.

O desenvolvimento da APAEB se deveu à articulação entre atores locais e externos, contando só mais recentemente com apoio das políticas públicas e do Estado. Para Fox a explicação da ação coletiva e da construção da sociedade civil é dirigida pelo Estado ou pela sociedade, que é um dos três caminhos para construção política de CS. A APAEB ocupou um espaço político regional que tinha o reconhecimento dos atores públicos e privados. Para Fox o CS não é homogêneo: alguns tipos de organizações têm mais capacidade de ampliar os efeitos do bem público. O sucesso das ações da associação ocupou espaço político que legitimou a liberdade de associação, fortalecida pela sua organização em níveis regionais.

As cooperativas de crédito da região sisaleira da Bahia, compostas pelos produtores requer a existência de laços de confiança e reciprocidade, como o uso do aval cruzado ou solidário, onde um grupo se responsabiliza conjuntamente pela dívida, essa constatação já era explorada por Putnam e Fukuyama, como sendo a presença de CS, pois é a confiança existente em grupos pequenos, onde os atores são reduzidos permite conhecimento mútuo. Outro fator é a redução dos custos transacionais, uma vez que a confiança dispensa a necessidade de uma ampla gama de documentos e contratos, ou seja, as ações repetidas no tempo divulgam a reputação de cada ator, tornando desnecessárias análises extensivas e caras sobre o comportamento de cada ator na transação.

Os resultados anteriormente apresentados mostram que maior acesso ao crédito pode resultar tanto do maior cooperativismo como do maior nível de renda, já que estes dois últimos fatores encontraram-se associados. Neste caso observa-se a circularidade existente no CS, onde ele é causa e consequência simultaneamente. Deve-se aqui lembrar o argumento de Lin, que afirmava anteriormente que quanto mais recursos enraizados maiores as possibilidades de escolhas individuais e ações, e que quanto mais próximos das ligações tipos ponte, maior probabilidade de mobilizar os recursos para as ações.

A APAEB buscando criar e estimular laços de proximidade entre os agricultores estimula os laços fortes pelo argumento de Granovetter (CS do tipo Cola de Narayan) e os laços fracos decorrentes das relações entre estes e outras instituições (CS do tipo Ponte de Narayan). A APAEB busca promover a cidadania por meio de ações que procuram ver o agricultor como agente de transformação social o que no argumento de Fox aumenta a abrangência da participação política local e do poder de

barganha no sentido de representar os interesses de populações com dificuldades de definir interesses comuns e vulneráveis para fortalecer as suas organizações.

À semelhança da argumentação de Fox, onde as regiões pobres do México, podemos estabelecer uma argumentação similar para o NE, onde se encontra uma ampla rede de associativismo rural, associativismo este que convive com patamares elevados de pobreza rural. Aqui cabe recordarmos a argumentação de Granovetter dos laços forte, ou de Narayan do CS do tipo cola, pois certamente as solidariedades locais fortes são suficientes para manter os grupos unidos, mas não conseguem ampliar a abrangência das suas ações.

Conclusões

O objetivo desse trabalho foi constatar que o CS insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais e amplia a sua participação no processo de desenvolvimento.

Como as regiões brasileiras aprestam grande heterogeneidade quanto ao CS o que leva os diferentes grupos a terem diferentes acessos aos recursos disponíveis, inclusive ao poder. Assim o CS pode levar a resultados positivos ou negativos, gerando exclusão social, conflito e violência.

A prosperidade econômica geralmente ocorre quando os grupos primários se conectam a outros grupos através de laços transversais. Quando os grupos primários estão desconectados, os grupos mais poderosos passam a agir sobre as estruturas sociais, de forma a excluí-los.

Assim, o objetivo desse estudo foi identificar o CS do tipo ponte e elementos constituintes do CS (recursos enraizados na estrutura social, acessibilidade aos recursos sociais pelos indivíduos, e uso ou mobilização em ações intencionais) e suas potencialidades para promover a inclusão social nas áreas rurais do Brasil. Ao utilizar o instrumental teórico de Putnam, Fukuyama, Granovetter, Narayan, Lin e Fox foi possível correlacionar a existência de CS com maior acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares, assim como as profundas diferenças regionais quanto ao CS e, conseqüentemente, no acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares.

Esse referencial teórico também nos permitiu perceber de que forma o associativismo no caso baiano analisado pode criar prosperidade para os agricultores familiares a partir da utilização do capital do tipo ponte ou laços transversais, e pela mobilização do seu CS para novas ações, permitiu que sua ação fosse cada vez mais abrangente.

Dadas as diferenças encontradas nas estruturas sociais e os diferentes tipos de capitais das grandes regiões brasileiras, deve-se relativizar as constatações encontradas. A decorrência natural, metodologicamente falando, é de cautela ao fazer análises comparativas a nível macrorregional.

Referências Bibliográficas

APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - *Uma Caminhada de Luta e Resistência*. Cartilha, abril de 2000. In: www.apaeb.com.br

FOX, Jonathan (1996) How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. *World Development*, Vol. 24, Nº 6, pp. 1089-1103.

FUKUYAMA, F. (1995) *Trust: The Social Virtues of the Creation of Prosperity*. New York, Free Press.

GRANOVETTER, Mark (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(1985): 481-510.

LIN, Nan (1999) Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, Vol. 22, Nº 1, pp. 29-51.

NARAYAN, Deepa (1999). Bonds and Bridges: Social Capital And Poverty. World Bank. In: www.worldbank.org (21/03/2005).

OLIVEIRA, Ismael Ferreira de. *Produção Familiar na Região Semi-árida - Limites e Possibilidades*. 2002. In: www.apaeb.com.br

PUTNAM, R. (1993) *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy*. Princeton Univ. Press.